

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Notas	2
Título: Alento à indústria.....	2
Título: Empresas criticam recuo climático nos EUA.....	3
Título: OGX pede fim da recuperação judicial e ações saltam 34,69%.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Petroleira criada por Eike conclui recuperação judicial.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	7
Título: Para concluir Angra 3, governo terá de desembolsar mais R\$ 17 bilhões.....	7
Título: Privatizações no gás natural	8
Título: Analistas optam por excluir Petrobrás de carteiras.....	10
Título: Eletrobrás coloca prazo para vender ativos.....	11
Título: Empresas X tentam sair de recuperação	13
Título: Governo busca parceiro privado para usina	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas**

O petróleo é nosso

Há uma luz no fim do túnel dos cofres do Estado do Rio (e não é o trem vindo na direção oposta). A receita bruta de royalties e participações especiais de petróleo foi de R\$ 1,799 bilhão no primeiro trimestre de 2017 — um aumento, veja só, de 80% em comparação com igual período de 2016. Isto se deve, em grande parte, ao fato de o preço do barril de petróleo ter subido de U\$ 30 para U\$ 55,7 no período.

É verdade que..

No primeiro trimestre de 2014, quando o preço do Brent atingiu US\$ 110, a receita foi de R\$ 2,284 bilhões. Mas, como se diz em Frei Paulo, quem vive de passado é analista.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Marcello Corrêa****Título: Alento à indústria**

Setor cresce 0,6% em abril, mas não recupera perdas. Mineração e petróleo puxam alta no ano

Em um ano marcado por incerteza — principalmente após o agravamento da crise política —, o segmento de extração de petróleo e minério deve ser o ponto forte da tímida recuperação da indústria brasileira. Essa é a avaliação de analistas, após os dados divulgados ontem pelo IBGE, que mostram que o setor apresenta o mesmo comportamento do restante da economia: cresceu, mas não convenceu. Em abril, a produção industrial teve alta de 0,6% frente a março, o primeiro resultado positivo do ano e a maior alta para o mês desde 2013, mas insuficiente para recuperar as perdas dos meses anteriores. Em março, a indústria havia recuado 1,3%. O setor extrativo até registrou perda na passagem de março para abril, de 1,4%, mas, no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, registra alta de 7,2%.

Situação bem melhor que a da indústria geral, que está no negativo em 0,7%. Segundo projeção da Tendências Consultoria, a indústria extrativa deve encerrar

o ano com alta de 7%, respondendo por 1 ponto percentual da esperada alta de 2,4% da indústria geral — projeção mais otimista que a mediana do mercado. — Nossa avaliação é que isso (as perdas nos últimos meses) não vai ser a tônica do ano. Estamos com cenário de expressivo crescimento em 2017. Vai ser um dos vetores de crescimento da indústria. Temos projetos que já começaram no ano passado, como o S11D (projeto de minério de ferro da Vale), e vemos a Petrobras entrando com algumas plataformas em funcionamento este ano — destaca Thiago Xavier, economista da Tendências. (...)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lucianne Carneiro

Título: Empresas criticam recuo climático nos EUA

Microsoft, Exxon e Apple refutam decisão de Trump. Para analistas, agenda verde permanecerá forte

O que têm em comum o ícone da tecnologia Microsoft, os banqueiros do Goldman Sachs e a superperfuradora de poços de petróleo Exxon Mobil? Unidas a outros gigantes corporativos americanos, elas abriram guerra à decisão do presidente Donald Trump de retirar os EUA do Acordo de Paris, maior avanço no combate às mudanças climáticas já feito. E a decisão expressa muito mais do que compromisso com o meio ambiente. De investimentos já avançados às pressões de acionistas e consumidores, passando pela necessidade de recursos naturais e a própria sobrevivência, há fortes razões para que as companhias mirem a economia de baixo carbono. Um mercado de fontes de energia, máquinas, equipamentos, veículos, softwares e soluções tecnológicas avançadas que movimenta pelo menos US\$ 1,4 trilhão — o dobro do setor aéreo, ou quase o que o Brasil gera de riquezas durante um ano. “Estamos desapontados com a decisão da Casa Branca de retirar os EUA do histórico e mundialmente endossado Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

Acreditamos que a continuada participação dos EUA (nesses esforços) beneficia os negócios e a economia dos EUA de várias e importantes maneiras. Um arcabouço global fortalece a competitividade das empresas americanas. Cria novos mercados para tecnologias limpas inovadoras, da geração (de energia) verde aos smart grids (redes inteligentes) às soluções de armazenamento na nuvem. E, ao fortalecer uma ação global no longo prazo, o Acordo reduz os danos futuros do clima às pessoas e às organizações em todo o mundo”, escreveu Brad Smith, diretor global da área jurídica da Microsoft. Mais claro impossível. As grandes empresas americanas — que são multinacionais — estão reagindo a Trump porque o Acordo de Paris é vantajoso economicamente e tem amplo apoio da opinião pública (e dos investidores em Bolsa), dentro e fora dos EUA.

IMPACTO PEQUENO NA ECONOMIA

Antes mesmo do anúncio oficial de Trump, o mundo viu uma mostra da força dos investidores nas decisões das companhias nesse tema. Os acionistas da Exxon Mobil aprovaram, por 62%, uma proposta que vai forçar a companhia a endossar os termos do Acordo de Paris. A ideia é que haja uma avaliação de como a tecnologia verde e as regulações relacionadas com o aquecimento global vão influenciar os negócios até 2040 e depois disso. A decisão é ainda mais emblemática pelo fato de o atual secretário de Estado americano, Rex Tillerson, ter vindo dos quadros da Exxon Mobil. Da mesma forma, o chão das fábricas, os sistemas públicos de eletricidade e água e os escritórios das empresas americanas estão há anos fazendo a transição para as energias limpas.

Por isso, avalia o diretor do Instituto de Energia da Universidade de Michigan, Mark Barteau, o efeito da decisão de Trump será limitado: — O impacto na economia americana tende a ser pequeno. As fábricas estão avançadas em seus planos de abandonar a energia do carvão nas próximas duas décadas e trocar por energia renovável e gás natural. Trump não pode reverter isso. Muitas das tendências de consumo de energia e emissões que vão levar aos objetivos de Paris estão firmemente em curso. A saída (do acordo) não vai afetar isso e terá pouco benefício para a economia. Poder de pressão semelhante têm os consumidores, que podem se recusar a comprar de empresas que reneguem o aquecimento global.

Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Eduardo Viola lembra que uma parte importante da sociedade americana tem compromisso com a economia de baixo carbono, em estados importantes e que votaram em Trump (51% dos republicanos apoiam o acordo). Os investimentos avançados feitos pelas companhias em tecnologias mais verdes também contam. O bilionário Elon Musk foi um dos primeiros a protestar e deixou o Conselho Econômico de Trump. Ele comanda a Tesla, montadora que ultrapassou a Ford em valor de mercado recentemente e investiu pesado no carro elétrico. “Estou deixando os conselhos empresariais. O aquecimento global é real. Deixar Paris não é bom nem para a América nem para o mundo”, tuitou Musk.

‘NÃO INVIABILIZA PROJETOS’

O diretor-executivo da Apple, Tim Cook, também expressou seu descontentamento em email a funcionários. “O aquecimento global é real, e nós dividimos a responsabilidade de enfrentar isso. Quero reassegurar a vocês que os desenvolvimentos de hoje (decisão de Trump) não terão impacto nos esforços da Apple de proteger o meio ambiente. A energia de quase todas as nossas operações é renovável, o que acreditamos ser um exemplo de algo bom para o nosso planeta e que faz sentido para os negócios também”, dizia o texto. Já o

banco Goldman Sachs reforçou recentemente seu interesse em financiar a economia de baixo carbono. Fabricantes de bebidas, como a Coca-Cola, têm se dedicado a temas como a preservação da água — também por um instinto de sobrevivência, já que o futuro do negócio fica totalmente comprometido.

— Essa posição de Trump não vai ter muito efeito prático. As petrolíferas já incorporaram questões desse tipo nas suas operações. Empresas de outros setores também. É uma medida demagógica que não vai pegar. As coisas já estão ocorrendo no combate ao aquecimento global sem muita participação dos EUA. A atitude pode atrasar um pouco, mas não inviabilizar — diz o professor da USP e presidente da Fapesp, José Goldemberg. A polêmica de Trump pode até mesmo provocar uma reação oposta, segundo Mark Barteau, com um esforço maior por parte de prefeitos e governadores, que são responsáveis por legislações locais, que precisam ser obedecidas pelas companhias: — Esta pode ser uma das ironias. A saída do Acordo de Paris pode pressionar por mais esforços de estados e cidades por agendas de defesa climática. Já estamos ouvindo isso de governadores e prefeitos de todo o país.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: OGX pede fim da recuperação judicial e ações saltam 34,69%

Papéis não estão no Ibovespa, que registra alta de 0,35%. Dólar avança 0,21%

As ações da OGX e da OGX Participações dispararam ontem na Bolsa depois que as empresas divulgaram ter pedido o encerramento do processo de recuperação judicial, iniciado em outubro de 2013. Os papéis da empresa de óleo e gás saltaram 34,69%, a R\$ 1,32, enquanto os de seu braço de participações tiveram valorização de 55,73%, a R\$ 4,75. Nenhuma delas faz parte do Ibovespa, que reúne as ações mais negociadas na B3 (antiga BM&FBovespa). A OGX, que até 2013 era uma das empresas do grupo X, do empresário Eike Batista, pretendia ser a nova Petrobras. Contudo, os poços não produziram o petróleo prometido, e a OGX começou a encontrar dificuldade para financiar seus projetos e pagar as dívidas. Na véspera do pedido de recuperação judicial, suas ações valiam R\$ 20. O pedido para o encerramento da recuperação judicial também inclui a OGX Austria e a OGX Internacional.

As dívidas das quatro empresa somavam R\$ 13,8 bilhões na época do recurso à Justiça. O Ibovespa avançou ontem 0,35%, aos 62.510 pontos. Já o dólar comercial subiu 0,21%, a R\$ 3,255. Segundo Cleber Alessie, operador de câmbio da corretora H.Commmcor, essa alta da moeda resultou da busca por proteção pelos investidores. Havia temor de que o noticiário político no fim de semana

possa agravar ainda mais a crise que envolve o governo Michel Temer. Além disso, na próxima terça-feira o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai votar o pedido de cassação da chapa Dilma-Temer. — Estamos caminhando para um fim de semana de risco muito alto. Há muita incerteza no ar, por isso o investidor adota uma postura mais defensiva — disse Alessie. No exterior, o Dollar Index, apurado pela Bloomberg, recuou 0,50%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petroleira criada por Eike conclui recuperação judicial

Eike Batista comemora início da produção da OGX, em 2012

Criada pelo empresário Eike Batista há dez anos como carro-chefe de seu império empresarial, a petroleira OGX anunciou que concluiu seu processo de recuperação judicial, iniciado em 2013 após a frustração com a busca por reservas de petróleo no país.

A empresa disse que considera que todos os passos da recuperação foram concluídos com sucesso e solicitou à 4ª Vara Empresarial do Rio que encerre o processo. As ações da empresa subiram 34,7% nesta sexta-feira (2), valendo R\$ 1,32.

Quando pediu recuperação judicial, a OGX tinha dívidas de R\$ 13,8 bilhões e contratos para a construção de plataformas —que nunca seriam usadas por falta de petróleo em suas concessões. A crise da empresa derrubou também a OSX, criada por Eike para construir e alugar as plataformas para a petroleira.

No pior momento, as ações da OGX chegaram a custar pouco mais de R\$ 0,10. Após o pedido de recuperação, os credores trabalharam para tirar o fundador do comando.

Em 2016, um aumento de capital transformou as dívidas em ações da companhia. Em prisão domiciliar, acusado de pagar propina ao ex-governador do Rio Sérgio Cabral, Eike (que nega a acusação) é hoje sócio minoritário da empresa, por meio da Óleo e Gás Participações (OGPar).

Quando lançou a petroleira, ele costumava vender o projeto como "a nova Petrobras". Em 2008, desembolsou R\$ 1,4 bilhão para comprar participação em 21 áreas exploratórias em leilão promovido pelo governo.

Hoje, a OGX produz apenas em Tubarão Martelo, na bacia de Campos, de onde extrai cerca de 8.000 barris de petróleo por dia. No primeiro trimestre de 2017, a companhia teve prejuízo de R\$ 55 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Para concluir Angra 3, governo terá de desembolsar mais R\$ 17 bilhões

Energia. Em obras desde 1984, usina nuclear já consumiu R\$ 7 bilhões, mas ainda está longe de ver as obras terminadas; opção seria abandonar o projeto de vez, mas o custo para isso pode chegar a R\$ 12 bilhões, por conta de dívidas e desmonte da estrutura

Governo busca parceiro privado para usina

Sem fôlego para concluir as obras de Angra 3, que estão paralisadas, Eletronuclear conversa com grupos da China, França, Coreia e Rússia

Trinta e três anos depois de ter as obras iniciadas, a usina nuclear de Angra 3, na praia de Itaorna, em Angra dos Reis (RJ), se tornou um problema bilionário para o governo. Entre idas e vindas, a construção já consumiu R\$ 7 bilhões, e é necessário tomar uma decisão: concluir o projeto, que está parado, ou abandoná-lo de vez. Seja qual for a escolha, porém, a certeza que existe é que será necessário desembolsar bem mais do que já foi gasto até agora. Os números que estão em análise na Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, conforme apurou o Estado, apontam que seria necessário injetar mais R\$ 17 bilhões para concluir Angra 3, usina que está com 58% de seu projeto executado. Desistir dela, porém, pouco aliviaria as contas. Os cálculos sinalizam que seria preciso desembolsar R\$ 12 bilhões para “descontinuar” Angra 3, entre a quitação de seus empréstimos bilionários, desmonte de estrutura, destinação de máquinas e uma infinidade de dívidas.

Neste momento, portanto, a decisão do governo é buscar formas de reduzir esse custo e concluir a usina. Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser erguida em 1984. Suas obras prosseguiram até 1986, quando foram paralisadas por conta de dificuldades políticas e econômicas, além da ocorrência do maior desastre nuclear do mundo, a explosão do reator da usina de Chernobyl, na Ucrânia. O projeto brasileiro ficou na gaveta por 25 anos, até ser retomado em 2009 como um dos destaques do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Naquele ano, o custo estimado para o término do projeto era de R\$ 8,3 bilhões. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometia colocar a usina para funcionar em maio de 2014. Agora, com os R\$ 17 bilhões estimados para sua conclusão, se

chegaria a um gasto total de R\$ 24 bilhões para colocar em operação uma usina com capacidade de 1.405 megawatts (MW). Para se ter uma ideia do que isso significa, a hidrelétrica de Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, que tem potência de 1.820 MW e entrou em operação no fim de 2015, custou R\$ 3,9 bilhões.

Com o custo total de Angra 3, portanto, seria possível construir seis hidrelétricas de Teles Pires, com uma geração total de 10.920 MW. O MME e a Eletronuclear, responsável pela usina, não quiseram se manifestar sobre o assunto. Na quinta-feira, o drama de Angra 3 – que nos últimos anos andou frequentando muito mais as páginas policiais, pelas denúncias de esquemas de corrupção nas obras – deve ser debatido em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em Brasília. Parceria. Hoje, a geração nuclear é um monopólio federal, com a Eletronuclear à frente das duas únicas usinas em operação no País, Angra 1 e Angra 2, que têm capacidade total de 1.990 MW. O plano é abrir as portas do setor para empresas de fora. A Eletronuclear tem mantido conversas com várias empresas, como CNNC e SNPTC (chinesas), EDF (francesa), Kepco (coreana) e Rosatom (russa). É consenso de que não há meios de avançar nas obras sem a participação de um parceiro privado. A situação financeira da Eletronuclear fala por si. Mesmo com as operações de Angra 1 e 2 em pleno funcionamento, a estatal fechou o ano com prejuízo líquido de R\$ 4,075 bilhões. Somado aos anos anteriores, o prejuízo acumulado chegou a R\$ 10,952 bilhões. No horizonte, o que se vê são mais contas para pagar.

A Eletronuclear precisa quitar nos próximos anos outros R\$ 7,718 bilhões em empréstimos tomados com a Caixa e o BNDES. Para dar manutenção constante nas máquinas de geração nuclear de Angra 3, a Eletronuclear já gastou mais de R\$ 1 bilhão. Estudos realizados pela consultoria Deloitte apontam que ainda serão necessários pelo menos 55 meses de trabalho para concluir a usina, a partir do momento em que suas obras forem retomadas. No papel, a Eletronuclear trabalha com a hipótese de retomar as obras em junho de 2018, para concluí-la em dezembro de 2022. A conclusão da usina pode ser importante para a Eletronuclear, mas não tem papel crucial no abastecimento energético do País. Na realidade, o que se tem hoje é um cenário com certa sobra de energia, por conta da queda na atividade econômica. A geração nuclear atual responde por apenas 1,3% da geração nacional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Privatizações no gás natural

O gás natural tem sido, no atual governo, alvo de iniciativas que procuram aumentar a sua participação da matriz energética brasileira. Primeiro foi o lançamento do Programa Gás para Crescer, em outubro de 2016, e, agora, o anúncio de que nove Estados estão dispostos a vender suas participações nas companhias de distribuição de gás. O modelo de venda das participações estaduais nas empresas será conduzido pelo BNDES, buscando alavancar recursos para os governos, que atravessam grave crise fiscal. Um terceiro movimento que traz mudanças ao mercado de gás natural foram as vendas que a Petrobrás realizou no âmbito do seu Plano de Desinvestimentos. A empresa vendeu parte de sua participação nas distribuidoras estaduais e o controle acionário na transportadora de gás do Sudeste, a NTS.

Ou seja, o segmento de gás vem ampliando seu espaço nas discussões do setor energético e a primeira tentativa para adequar o setor de gás a uma nova realidade foi o Programa Gás para Crescer. No entanto, o grande número de questões elencadas e a falta de objetividade frustraram as expectativas iniciais em relação ao programa. É fato que o Gás para Crescer inaugurou um novo caminho de interlocução entre o governo e agentes do setor, mas as discussões no âmbito dos grupos de trabalho acabaram privilegiando temas controversos e de difícil implantação tanto por questões regulatórias como por barreiras legais.

Nesse cenário de indefinições, a venda das participações nas distribuidoras emerge como excelente oportunidade para resolver uma série de pendências regulatórias. A regulação do mercado de gás tem o upstream e o midstream regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – esfera federal – e o downstream, no qual está a distribuição de gás, submetido às agências reguladoras ou secretarias estaduais.

A discrepância da regulação nas concessões estaduais evidencia a existência de dois grupos distintos de distribuidoras: no primeiro estão, principalmente, a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG) e a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), que desfrutam de uma regulação mais estável, dada a presença de uma agência reguladora independente e ao fato de terem sido privatizadas. No segundo grupo estão as distribuidoras localizadas em Estados que muitas vezes não têm agências reguladoras e têm participação dos governos estaduais e da Petrobrás, o que acaba implicando uma desarmonia regulatória no conjunto de distribuidoras de gás natural em todo o Brasil.

Essa falta de harmonia regulatória se originou na década de 1990, quando a maioria dos Estados preferiu manter o controle das concessões e apenas São Paulo e Rio de Janeiro concederam as suas distribuidoras à iniciativa privada. O resultado positivo dessa política promovida pelos governos do Rio e de São Paulo é de indiscutível sucesso. A Comgás, por exemplo, que antes da sua privatização, ocorrida em 1999, contava com uma rede de apenas 2,5 mil km de extensão,

passando por 17 municípios, e atualmente tem 15,3 mil km de rede, atendendo clientes de 87 municípios nos segmentos industrial, comercial e residencial.

Os casos de sucesso da Comgás e da CEG mostram que o momento da venda da participação dos Estados é a oportunidade de estabelecer contratos de concessão que transmitam ao comprador estabilidade regulatória e segurança jurídica. Com isso se estarão valorizando os ativos postos à venda e, ao mesmo tempo, protegendo os interesses dos consumidores.

Portanto, a venda da participação dos Estados nas nove distribuidoras é a oportunidade de elaborar contratos de concessão que consigam trazer maior harmonia regulatória entre as diversas distribuidoras, sem a necessidade de alterar ou mesmo criar leis que só trariam insegurança jurídica ao setor de gás. E ninguém melhor que o BNDES para conduzir esse processo, dadas a expertise do banco em privatizações e a qualidade do seu corpo técnico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Analistas optam por excluir Petrobrás de carteiras

É consenso entre as equipes de análise que a crise política deve durar mais do que o esperado. Essa é uma das principais razões pela qual a Petrobrás saiu de quatro carteiras recomendadas nesta semana. A preferência dos analistas tem sido por papéis considerados defensivos ou menos líquidos, incluindo até alguns nomes que estão fora do Índice Bovespa.

A Petrobrás saiu dos portfólios da Guide Investimentos, Lerosa Investimentos, Santander Corretora e XP Investimentos. A Guide decidiu reduzir a exposição a riscos relacionados ao cenário político e à volatilidade nos preços do petróleo. Além da estatal, saiu da carteira da corretora a Sabesp, para ingresso de Vale e da empresa de shopping centers Iguatemi.

Nesta mesma linha, o time do Santander justificou que, apesar de acreditar que a petroleira esteja com preço descontado, a incerteza política deve pesar sobre o desempenho de estatais. Deixou também o portfólio do banco a B3. Em seus lugares, entraram Localiza e Ser Educacional.

Para o analista Gustavo Cruz, da XP, a solução para a crise política não deve ser rápida. "Tendo em vista o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral em 06 de junho, resolvemos adotar uma postura mais defensiva, recomendando RD (Raia Drogasil), um ativo com resultado mais previsível e menos afetado pela

turbulência política. Destacamos também que a empresa tem um projeto de expansão no Nordeste interessante", explicou.

A Coinvalores optou por trocar a B3 pela small cap Senior Solution. "Revisamos recentemente as projeções para a companhia para incorporar as empresas adquiridas e encontramos um grande potencial de retorno (acima de 45%, atualmente)", justificou o analista Felipe Silveira.

O Banco do Brasil trocou quase todo o portfólio, mantendo apenas RD. Saíram Cia Hering, Itaú Unibanco, Klabin e Iochpe-Maxion, para a inclusão de Embraer, Hypermarcas, Vale e Weg. A equipe de análise destacou que a percepção é que o imbróglio político reduziu drasticamente a possibilidade do encaminhamento da reforma da Previdência para votação no plenário da Câmara dos Deputados, este mês. Lembrou ainda que agências de classificação de risco colocaram a nota soberana do País em perspectiva negativa, indicando possível rebaixamento.

Já a Quantitas substituiu Gerdau Metalúrgica por Lojas Americanas, que tem apresentado baixo desempenho na Bolsa. Os analistas entendem que o atual preço oferece uma condição atrativa de compra.

"Os resultados recentes da companhia não mantiveram a tendência de crescimento de vendas mesmas lojas e o aumento de capital realizado, destinado à sua controlada B2W, pode ter frustrado investidores, gerando oportunidade de compra", disse Wagner Salaverry.

A Magliano trocou Oi e Copel por Comgás e Porto Seguro, que estão fora do Ibovespa. Para os analistas, a Comgás é defensiva e tem histórico de bons resultados mesmo em tempos de incertezas. Porto Seguro, por sua vez, pode se beneficiar do ciclo mais lento de cortes da Selic, uma vez que boa parte do seu resultado vem da aplicação dos prêmios de seguro ao CDI.

O Bradesco BBI trocou Cesp, Iochpe-Maxion e Magazine Luiza por Itaú Unibanco, BRF e Rumo Logística. A retirada da Cesp se deve à visão de que o principal gatilho de alta para o ativo, o potencial processo de privatização, não deve se concretizar no curtíssimo prazo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobrás coloca prazo para vender ativos

Presidente da estatal pretende se desfazer de seis distribuidoras até o fim do ano; companhia também busca investidores para outros negócios

A Eletrobrás pretende realizar licitações para vender as seis distribuidoras de eletricidade que atuam no Norte e Nordeste entre novembro e dezembro deste ano, segundo o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr. Atualmente, o BNDES trabalha com a companhia para fazer uma avaliação financeira das distribuidoras e definir o modelo em que deverão ser privatizadas. Uma das alternativas em estudo é a licitação das distribuidoras num bloco só. Ou seja, um único investidor ou grupo ganharia a concessão de todas as concessionárias juntas. “Entre julho e agosto devemos ter o modelo de venda e a avaliação dessas empresas. Nós entendemos que devemos ter esse processo de venda entre o fim de novembro ou dezembro”, disse Ferreira. No ano passado, as seis distribuidoras da Eletrobrás tiveram prejuízo de R\$ 6,9 bilhões.

No primeiro trimestre, o resultado já estava negativo em R\$ 1 bilhão. Segundo fontes do setor, as concessionárias do Nordeste têm sinergia e interessados. As do Norte, no entanto, são muito problemáticas. Em entrevista ao Estado no início deste ano, o presidente da Eletrobrás afirmou que não esperava arrecadar muito dinheiro com as distribuidoras, mas que a folga que a venda das empresas daria na estatal seria bem grande. Geração e transmissão. A Eletrobrás ainda buscará levantar cerca de R\$ 5 bilhões com a venda de participações em ativos de geração e transmissão de energia. As controladas da Eletrobrás têm participação minoritária em 178 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), sendo 41 na área de transmissão e o restante em geração.

O banco BTG foi contratado para avaliar o valor desses ativos, o que deverá ser concluído em julho. O processo de levantamento do valor desses ativos ainda está no início, apurou o Estado com fontes a par do assunto. Ainda não há propostas para o conjunto de negócios. Segundo Ferreira, esses ativos deverão ser negociados no segundo semestre, a princípio em dois pacotes: um que reunirá parques eólicos e um com empreendimentos de transmissão. A Eletrobrás também não descarta vender a participação de 48% na hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, uma das maiores do mundo.

Nesse caso, porém, a estatal aguardará a posição dos demais sócios, que, segundo o executivo, estão avaliando a contratação de bancos para vender suas fatias na usina. Os controladores, detentores de 52% de Belo Monte, contrataram o Bradesco BBI para vender o ativo. Fontes familiarizadas com o assunto afirmaram que o processo de venda de Belo Monte está bem no início. Há interesse da Eletrobrás em acompanhar os controladores na venda do negócio, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto. “A gente pode acompanhá-los no valor que eles venderem... dependendo do preço que for oferecido, nós consideraremos”, disse Ferreira Jr. A Cemig, que é uma das sócias da Eletrobrás em Belo Monte, colocou sua fatia na usina em seu plano de desinvestimentos anunciado na quinta-feira. /REUTERS, COLABORARAM RENÉE PEREIRA E MÔNICA SCARAMUZZO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Circe Bonatelli****Título: Empresas X tentam sair de recuperação**

OGX e OGPar, que pertenciam a Eike Batista, pediram ontem o fim do processo de recuperação judicial; ações subiram mais de 30%

As ações da OGX e OGPar dispararam ontem na B3, novo nome da Bolsa paulista, após as companhias, que pertenciam ao antigo Império X, do empresário Eike Batista, pedirem o fim do processo de recuperação judicial, por terem cumprido todas as obrigações. Os papéis da OGX ON fecharam com valorização de 34,69%, a R\$ 1,32, e os da OGPar ON avançaram 55,74%, a R\$ 4,75. As empresas ingressaram, junto ao juízo da 4.ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com pedido de encerramento do processo de recuperação judicial. A OGX era a principal companhia do grupo EBX e sua crise, após vir à tona que as reservas de petróleo estavam abaixo do esperado, levou o grupo à bancarrota. O atual controlador das empresas é o fundo soberano árabe Mubadala, de Abu Dabi, que também ficou com outros negócios criados pelo empresário. Proteção à Justiça. Em 30 de outubro de 2013, as companhias entraram com pedido de recuperação judicial, apresentando dívidas superiores a R\$ 13,8 bilhões. Seus planos foram submetidos à apreciação dos credores em junho de 2014 e aprovados pela maioria, representando mais de 90% dos créditos listados.

A OGX abriu seu capital em outubro de 2010, levantando R\$ 6,7 bilhões, à época considerado o maior IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) da história do País. Segundo o comunicado divulgado ontem ao mercado, as companhias entendem que não existem pendências e obstáculos legais ou processuais que possam impedir o encerramento da recuperação judicial. Prisão. Eike Batista tornou-se acionista minoritário da OGX e repassou suas outras empresas aos credores. Em janeiro deste ano, o empresário foi preso e ficou quatro meses em Bangu, quando foi deflagrada a operação Eficiência, um desdobramento da Calicute, braço da Lava Jato, que investiga crimes de lavagem de dinheiro. O empresário é acusado de ter participado de esquema de propinas que também levou o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, à prisão. O empresário tinha planos de voltar aos negócios, com o lançamento de uma pasta de dente, e tinha outros projetos engatilhados. Com seu nome envolvido na Lava Jato, agora tenta se desvincular das acusações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges e Anne Warth**

Título: Governo busca parceiro privado para usina

Governo quer sócios privados nas novas usinas nucleares

Estudos incluem uma emenda à Constituição para acabar com o monopólio da União em atividades nucleares.

O plano do governo de instalar novas usinas nucleares para geração de energia no País inclui a expectativa de atrair sócios privados para atuar nos empreendimentos em parceria com a Eletronuclear, estatal que pertence ao Grupo Eletrobrás. A ideia, segundo apurou o Estado, já está em curso dentro do governo, que avalia diferentes formas de o capital privado entrar nas operações.

Uma possibilidade é encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional (PEC) que acabe com o monopólio da União sobre as atividades nucleares. Pela Constituição, apenas o governo pode processar urânio e gerenciar atividades nucleares no País.

Uma segunda alternativa, que evita a necessidade de se mexer na Constituição, também tem sido discutida. A ideia é que, na sociedade entre Eletronuclear e empresa privada, a estatal continue 100% responsável pela manipulação e gestão do combustível nuclear, enquanto o sócio privado responderia por questões de cunho administrativo.

As discussões ainda estão no início, mas um interlocutor da Eletronuclear disse ao Estado que acredita na possibilidade de se realizar um leilão para contratação de uma nova usina nuclear em 2016. Defesa. O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, defende o retorno das usinas nucleares para os planos do setor.

Hoje a única usina incluída no Plano Decenal de Energia (PDE), levantamento da Empresa de Pesquisa Energética que lista as prioridades do setor nos próximos dez anos, refere-se apenas à construção e conclusão de Angra 3, no Rio de Janeiro. Com capacidade instalada de 1.405 megawatts (MW), a usina de Angra 3 tem previsão de entrar em operação no início de 2019. Há apenas duas usinas nucleares em operação no País - Angra 1 e Angra 2 -, com capacidade total de 1.990 MW.

A expectativa é de que ao menos quatro usinas nucleares, que já foram alvo de estudos, retornem à nova edição do PDE, que é atualizado todos os anos. Os projetos estavam em etapas avançadas, até que o incidente nuclear de Fukushima, em 2011, congelou o plano. As polêmicas ambientais em torno dos empreendimentos continuam a ser a principal barreira. O governo vê duas vantagens nas usinas nucleares: a possibilidade de controlar quanta energia é gerada, ao contrário das hidrelétricas e eólicas, e o preço baixo. São apenas R\$

25 por megawatt, quando uma hidrelétrica custa ao menos R\$ 75 e uma térmica, cerca de R\$ 600.

MME / ASCOM .